



Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região

Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região - 1º Grau

O documento a seguir foi juntado aos autos do processo de número 0010056-26.2024.5.03.0137 em 30/09/2026 16:38:50 - 5e44da3 e assinado eletronicamente por:

- ANGELA SARAIVA PORTES SOUZA



Consulte este documento em:

<https://pje.trt3.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>
usando o código **26093016384717900000262514520**

EDITAL DE LEILÃO. JUSTIÇA DO TRABALHO – TRT-3 – **37ª VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE/MG.** NÚMERO DO PROCESSO CNJ: 0010056-26.2024.5.03.0137. **EXEQUENTE:** OTAVIO CAMPOS BORGES DE MEDEIROS. **EXECUTADO:** BIAIO CONSULTORIA & CONTABILIDADE LTDA e outros. **O leilão ocorrerá na modalidade exclusivamente eletrônica, podendo ser transmitido ao vivo,** e será realizado nos sites: www.saraivaleiloes.com.br e www.marcoantonioleiloeiro.com.br , onde foi publicado o presente edital (art.887, §2º, CPC).

INFORMAÇÕES: Sites da leiloeira ou pelos telefones (31) 3207-3900 / 3024-4451.

DATA DO LEILÃO: **04/11/2026** a partir das 9:00 h. Se não for vendido, será realizado o 2º leilão no dia **02/12/2026** no mesmo horário e condições.

ENCERRAMENTO DO LEILÃO: Os bens que não receberem ofertas ficarão disponíveis para repasse até às 17:00h, podendo ser prorrogado enquanto houver disputas.

LANCE MÍNIMO: O preço mínimo para alienação corresponde a **60% do valor da avaliação do bem penhorado relativamente ao 1º leilão**, e de **50% referente ao 2º leilão**, conforme previsto no art. 891, parágrafo único, do CPC, nos termos do Despacho ID 2132f0d.

ISENÇÃO DE DÉBITOS: Nos termos do Despacho de ID 431bfe1, será aplicado à arrematação o disposto no art. 122 do Provimento n.º 1/CGJT, de 7 de abril de 2026: **o arrematante/adquirente ficará isento dos débitos tributários cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse dos bens e direitos adquiridos judicialmente, por meio de leilão judicial ou iniciativa particular, estejam inscritos, ou não, na dívida ativa, bem como dos débitos não tributários de natureza propter rem relativos ao referido bem, que se sub-rogarão no preço da aquisição.**

DESCRIÇÃO DO BEM: Vaga de garagem nº 44, localizada no 2º subsolo do Edifício Mayfair, situado à R. Paraíba, 966 – Funcionários, Belo Horizonte - MG, com área privativa de 16,56 m² e respectiva fração ideal, matriculado sob o nº 26035 (CRI - 9º Of. BH). Índice cadastral: 005009 015 0452.

ÔNUS: Indisponibilidade Proc. nº 0010910-42.2021.5.03.0002 (AV.1); Indisponibilidade Proc. nº 0010396-43.2022.5.03.0006 (AV.2); Indisponibilidade Proc. nº 0010123-25.2022.5.03.0019 (AV.3); Indisponibilidade Proc. nº 0010046-37.2022.5.03.0012 (AV.4); Indisponibilidade Proc. nº 0010029-07.2022.5.03.0107 (AV.5); Indisponibilidade Proc. nº 0010514-76.2023.5.03.0105 (AV.6); Indisponibilidade Proc. nº 0010639-91.2021.5.03.0015 (AV.7); Indisponibilidade Proc. nº 0010888-20.2021.5.03.0184 (AV.8); Indisponibilidade Proc. nº 0010376-94.2023.5.03.0013 (AV.9); Indisponibilidade Proc. nº 0010030-67.2022.5.03.0179 (AV.10); Indisponibilidade Proc. nº 0010530-21.2022.5.03.0184 (AV.11); Indisponibilidade Proc. nº 0010110-38.2022.5.03.0112 (AV.12); Indisponibilidade Proc. nº 0010141-18.2023.5.03.0017 (AV.13); Indisponibilidade e Penhora destes autos (AV.14 e R.16); Indisponibilidade Proc. nº 0010102-67.2021.5.03.0186 (AV.15).

OBSERVAÇÃO: Nos termos do Despacho ID 2132f0d: *“a partir da leitura da cópia do Inventário de Id-b0f0569, constata-se que, de fato, o imóvel matriculado sob o no. 26035 (antiga matrícula nº 66685), registrado no Cartório do 9º Registro de Imóveis de Belo Horizonte (vide Id-36a352d), pertence às executadas Andreia Garavello Martins, Julia Garavello Baiao de Amorim e Clara Garavello Baiao de Amorim, 4ª, 5ª e 6ª executadas nos autos.”*

ANOTAÇÕES AVERBADAS NA MATRÍCULA ATÉ O DIA 24/09/2026: Observação: O interessado deverá verificar junto ao Cartório de Registro de Imóveis a existência de novas averbações após essa data.

AVALIAÇÃO: R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais).

DO PAGAMENTO: O leilão será aberto para pagamento à vista e parcelado, nos termos do Despacho ID 2132f0d. Na hipótese de oferta parcelada a entrada deverá ser obrigatoriamente de no mínimo **25%**, e o restante em até no máximo **30 (trinta)** parcelas mensais e sucessivas, vencíveis a cada 30 (trinta) dias da data de arrematação e corrigidas pelo INPC. Caso no intercurso do leilão seja recebida oferta para pagamento à vista, esta prevalecerá (art. 895, § 7º, do CPC) e o sistema automaticamente não receberá mais oferta parcelada.

- a) O lance para pagamento à vista, não poderá ser convertido em parcelado. Caso o arrematante faça a conversão por sua conta e risco no ato do pagamento, perderá em favor da Leiloeira o valor pago a título de comissão, se a arrematação não for homologada ou posteriormente anulada.
- b) O arrematante ou licitante pagará a Leiloeira, à vista, **5% (cinco por cento)** de comissão no ato da arrematação, que será depositada na integralidade, até o dia subsequente, em conta da Leiloeira que será informada na confirmação da arrematação, e o comprovante deverá ser enviado a Leiloeira no e-mail **financeiroleilao.trt3@gmail.com**, até às 16 horas, sob pena de ser desconsiderado a arrematação e apresentado nos autos o lance subsequente.

- c) Na arrematação à vista, o valor deverá ser integralmente pago **impreterivelmente nas 24 (vinte e quatro) horas subsequente ao leilão**, conforme art. 888, § 4º da CLT, e o comprovante deverá ser enviado a Leiloeira no e-mail **financeiroleilao.trt3@gmail.com**, na mesma data, até às 16 horas.
- d) Na arrematação parcelada, o valor da entrada, deverá ser integralmente pago **impreterivelmente nas 24 (vinte e quatro) horas subsequente ao leilão**, conforme art. 888, § 4º da CLT, e o comprovante deverá ser enviado a Leiloeira no e-mail **financeiroleilao.trt3@gmail.com**, na mesma data, até às 16 horas.
- e) O pagamento da arrematação, seja à vista ou parcelado, será realizado por meio de guia judicial, que será encaminhada pela Leiloeira ao arrematante através do e-mail informado no cadastro.
- f) Na hipótese de pagamento parcelado, as parcelas serão pagas através de guia de depósito judicial, vinculada ao processo, que será expedida pelo próprio arrematante no site da Caixa Econômica Federal, devendo este comprová-lo mensalmente com a juntada da guia devidamente quitada nos autos.
- g) O pagamento das parcelas não está condicionado a homologação da arrematação e posse do imóvel.
- h) A venda parcelada será garantida por hipoteca judicial gravada sobre o próprio imóvel até o pagamento integral da Arrematação.
- i) No caso de atraso no pagamento das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas (art. 895, § 4º do CPC). O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação (art. 895, § 5º do CPC).
- j) No caso de inadimplemento ou desistência da arrematação, por qualquer motivo, exceto os previstos em lei, o arrematante não terá direito à devolução da comissão da Leiloeira. Na hipótese de não pagamento da comissão, **mesmo que aproveitado o lance subsequente**, a Leiloeira poderá promover a execução do valor devido nos próprios autos ou, ainda, levar o título (Auto de Arrematação ou Alienação) a protesto perante o Cartório competente, nos termos do art. 245 §4º do Provimento Geral Consolidado do TRT da 3ª Região.

CONDIÇÕES DO LEILÃO

Por ordem do M.M juízo, o presente leilão será regido pela Resolução nº 236/2016 do CNJ; Decreto Lei 21.981/32; Código Penal; CLT, CPC e CTN, nas seguintes condições:

1º) O leilão será realizado pela Leiloeira Ângela Saraiva Portes Souza, nas datas e horário acima, podendo ser prorrogado por 30 min. A leiloeira fica autorizada a alternar a sequência de lotes caso julgue necessário.

2º) A Leiloeira não se responsabilizará por quaisquer ocorrências oriundas de falhas e/ou impossibilidades técnicas do dispositivo de acesso ou conexão de internet do interessado, sendo de sua inteira atribuição a checagem do funcionamento anteriormente ao leilão, não sendo cabível qualquer reclamação a respeito.

3º) A Leiloeira não se enquadra na condição de fornecedora, intermediária, ou comerciante, sendo mera mandatária, ficando assim, eximido de eventuais responsabilidades por vícios/defeitos ocultos ou não, no bem alienado, como também por reembolso, indenizações, trocas, consertos e compensações financeiras de qualquer hipótese, nos termos do art. 663, do Código Civil Brasileiro.

4º) Os licitantes deverão acompanhar a realização da Hasta, permanecendo a qualquer tempo em condições de ser contatados pela Leiloeira Oficial para qualquer ajuste e/ou informação que se faça necessária. Eventual prejuízo causado pela impossibilidade de contato ou falta de respostas do licitante, principalmente quando este não responder prontamente aos contatos da Leiloeira, será de responsabilidade unicamente do próprio Licitante.

5º) Na hipótese de inadimplemento da arrematação, a Leiloeira fica autorizada a aproveitar o lance subsequente do licitante que mantiver a proposta.

6º) Para participar do leilão eletrônico, o interessado deverá se cadastrar e habilitar nos sites: www.saraivaleiloes.com.br ou www.marcoantonioleiloeiro.com.br, e somente após a análise dos documentos obrigatórios e liberação do login poderá ofertar os lances.

7º) Se tratando de leilão realizado simultaneamente nas plataformas www.marcoantonioleiloeiro.com.br e www.saraivaleiloes.com.br, o lance ofertado em um dos sites, será replicado no outro, sob os codinomes “Lancador site Marco Antonio” e “Lancador - site Saraiva”.

8º) Os dados fornecidos no ato do cadastro são protegidos conforme Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e criptografados.

9º) Não é permitido ao usuário do site compartilhar dados de Login e Senha com terceiros e será de total responsabilidade do usuário quaisquer lances ofertados utilizando seus dados.

10º) Após registrado/ofertado o lance na plataforma da Leiloeira, em nenhuma hipótese será permitida a exclusão, salvo determinação judicial.

11º) Poderá a Leiloeira inabilitar para participar de leilão, o licitante que não tenha cumprido com anteriores obrigações de pagamento e condições, em arrematação de leilão judicial.

12º) Tratando-se de leilão eletrônico, a assinatura física do arrematante é dispensada, sendo substituída pelo IP (Internet Protocol) do computador, tablet ou celular usado pelo arrematante para efetuar o lance, e o número será informado no Auto de Arrematação.

13º) Deverá o fiel depositário do bem, permitir a visita com horário pré agendado, mediante pedido do interessado nos autos.

14º) A visita a imóveis deverá ocorrer previamente ao leilão no endereço informado na “DESCRIÇÃO DO BEM”. As fotos divulgadas nos sites da Leiloeira são meramente ilustrativas, toda e qualquer decisão de compra NÃO deve se basear nas fotos divulgadas, mas sim na realização de visita presencial ao imóvel pelo interessado ou por seu preposto.

15º) Compete ao interessado na arrematação a verificação do estado de conservação dos bens, não podendo o arrematante alegar desconhecimento de suas condições, características, compartimentos internos, estado de conservação e localização. As alienações são feitas em caráter “AD-CORPUS”, sendo que as áreas mencionadas nos editais, catálogos e outros veículos de comunicação, são meramente enunciativas. Caso as benfeitorias informadas no auto de avaliação não estejam averbadas na matrícula do imóvel, caberá ao arrematante sua regularização.

16º) Nenhuma diferença porventura comprovada nas dimensões /descrição do imóvel pode ser invocada, a qualquer tempo, como motivo para desistência, anulação da compra, compensações ou modificações no preço ou nas condições de pagamento, ficando a sua regularização e despesas decorrentes a cargo do adquirente.

17º) Todas as despesas e os custos relativos à transferência patrimonial dos bens correrão por conta do arrematante, não podendo este alegar desconhecimento das condições ora estabelecidas.

18º) Caberá, ao interessado, verificar a existência de débitos tributários, bem como aqueles relativos às taxas/despesas condominiais e/ou quaisquer outros eventuais débitos que recaiam sobre o bem objeto da hasta pública.

19º) Nos termos do PROVIMENTO GERAL CONSOLIDADO DO TRT DA 3ª REGIÃO, TÍTULO XV, Art. 245, § 3º e §5º se o bem for arrematado, no caso de acordo ou pagamento da dívida (remição) se requeridos após o leilão, a leiloeira será remunerada com o correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor da avaliação do bem, a ser pago pelo Executado no dia da remição, e no caso de Adjudicação, a remuneração da leiloeira será paga pelo adjudicante e será depositada antes da assinatura da respectiva carta.

20º) O Tribunal Regional do Trabalho 3ª Região reserva-se o direito de incluir ou excluir bens do leilão.

21º) A arrematação só será concluída após a homologação pelo MM. Juiz da Vara competente e julgamento de eventuais recursos.

22º) A Nota de Arrematação será expedida pela leiloeira após trânsito em julgado de eventuais recursos e entrega do bem.

23º) Por ordem do juízo e por força de lei, caso o devedor não seja encontrado pelo Sr. Oficial de Justiça, fica pelo presente edital intimado do leilão e dos ônus que lhe serão impostos, referidos no item 19º.

24º) Ficam desde já intimados do 2º leilão, que ocorrerá na data indicada neste edital, se o bem não for arrematado no 1º leilão, as partes, os Credores Hipotecários ou Fiduciários e credores com penhoras averbadas.

25º) Os gravames judiciais e as averbações premonitórias constantes da matrícula do imóvel não impedem o registro da carta de arrematação ou adjudicação, mesmo quando originários de processos distintos do que deu origem à arrematação ou adjudicação, **devendo o interessado formular pedido de cancelamento diretamente à autoridade que determinou o gravame ou à que expediu a Carta de Arrematação ou Adjudicação caso não seja feito de ofício.**

26º) A Leiloeira não se responsabiliza por qualquer eventual morosidade na expedição da Carta/Auto de Arrematação e determinação de retirada de eventuais ônus, visto que é de competência exclusiva do Poder Judiciário tais atribuições, cabendo ao arrematante diligenciar para que sejam efetivadas.

27º) Nos termos do Art. 358 do Código Penal, quem impedir, perturbar ou fraudar a arrematação judicial, afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem, estará sujeito à pena de detenção de dois meses a um ano, ou multa, além da pena correspondente à violência. Por ordem deste Juízo, foi expedido o presente Edital em 30/09/2026.